



9.2. informar à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados que:

9.2.1. acerca do tema, foi determinado ao Inbra, ex vi do subitem 9.3.4. do Acórdão nº 2.633/2007 - TCU - Plenário, em decorrência de auditoria realizada com o objetivo de avaliar a aplicação da legislação referente a licenciamento ambiental na implementação dos projetos de assentamento (TC 018.741/2005-2), que desenvolvesse programa de regularização de todos os projetos de assentamento criados em desconformidade com a legislação ambiental, cujo atendimento, bem como das demais determinações exaradas por meio desse decisum, está sendo objeto de acompanhamento por esta Corte e, tão logo verificadas as medidas implementadas, dar-se-á ciência dos resultados obtidos a essa Comissão;

9.2.2. o TCU realizou, no ano de 2007, trabalho identificado como Tema de Maior Significância (TMS-5) - Reforma Agrária, com o objetivo de conhecer os programas e ações desenvolvidas nessa área, no intuito de identificar as formas de operacionalização, os atores envolvidos no processo e os recursos orçamentários destinados à execução dessa política, o que permitiu a definição de nove áreas de oportunidade de atuação desta Corte em futuras auditorias e fiscalizações, dentre as quais está incluída a avaliação da implantação e sustentabilidade de projetos de assentamento;

9.2.3. atualmente, encontra-se em andamento auditoria (TMS - 3) abrangendo ordenamento fundiário, controle interno e sistemas de informação do Inbra, o que indica que a viabilidade de o Tribunal desenvolver os demais trabalhos propostos no TMS-5 em futuro próximo, contemplando a questão atinente à sustentabilidade dos projetos de assentamento;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, bem como do Acórdão nº 2.633/2007-TCU-Plenário e do relatório final do TMS-5, constante dos autos do TC nº 030.234/2007-8, à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados;

9.4. determinar à 4ª Secex que dê cumprimento ao disposto no item 9.2.1;

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de esclarecer à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados que, futuramente, o TCU pode vir a encaminhar mais informações sobre a presente matéria, caso sejam detectadas evidências relevantes nessas novas fiscalizações.

10. Ata nº 50/2008 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/11/2008 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2719-50/08-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (na Presidência), Marcos Vinícios Vilaça, Valmir Campelo, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2720/2008 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.742/2004-9 (com 1 anexo).

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Auditoria

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Delegacia Regional do Trabalho/RJ; Ministério da Integração Nacional (vinculador); Ministério do Meio Ambiente (vinculador); Tribunal Superior Eleitoral - JE; e Ministério do Desenvolvimento Agrário (vinculador).

5. Relator: Auditor André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que trata de Fiscalização de Orientação Centralizada realizada, por força do item 9.7 do Acórdão 1.815/2003-Plenário, com o objetivo de examinar o modelo de terceirização de serviços adotado no âmbito da Administração Pública Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 43 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 276, caput, do RITCU, determinar que o Ministério do Meio Ambiente suspenda, cautelarmente, todos os atos tendentes ao prosseguimento do processo seletivo para a contratação temporária de técnicos de nível superior baseada no Edital nº 1 - MMA - PS, de 16 de outubro de 2008;

9.2. com fulcro no art. 43 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 276, § 3º, do RITCU, determinar a oitiva do Ministério do Meio Ambiente para, querendo, se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca dos pressupostos que ensejaram a adoção da cautelar constante do item 9.1 deste Acórdão;

9.3. determinar à 4ª Secretaria de Controle Externo que aute, se ainda não o fez, processo apartado por cópia das Manifestações nº 18755, 18878 e 18931 da Ouvidoria, entre outras, prosseguindo com a devida instrução do feito, além de promover o cumprimento das medidas suscitadas nos itens 9.1 e 9.2 deste Acórdão;

9.4. determinar o encaminhamento de cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para conhecimento, e à Procuradoria da República no Estado da Bahia;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata nº 50/2008 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/11/2008 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2720-50/08-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (na Presidência), Marcos Vinícios Vilaça, Valmir Campelo, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2731/2008 - TCU - Plenário

1. Processo TC 017.177/2008-2

2. Grupo I - Classe: V - Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC)

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Órgãos e Entidades: Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Entidades Federais de Ensino Superior (Ifes)

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex/MG)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Fiscalização de Orientação Centralizada, executada por diversas unidades técnicas do Tribunal, sob a coordenação da Secex/MG, cujo objetivo foi avaliar, no plano nacional, o relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior com suas fundações de apoio.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. firmar o entendimento de que a expressão "recursos públicos" a que se refere o art. 3º, caput, da Lei 8.958/1994 abrange não apenas os recursos financeiros aplicados nos projetos executados com fundamento na citada lei, mas também toda e qualquer receita auferida com a utilização de recursos humanos e materiais das Instituições Federais de Ensino Superior, tais como: laboratórios, salas de aula; materiais de apoio e de escritório; nome e imagem da instituição; redes de tecnologia de informação; documentação acadêmica e demais itens de patrimônio tangível ou intangível das instituições de ensino utilizadas em parcerias com fundações de apoio, sendo obrigatório o recolhimento de tais receitas à conta única do Tesouro Nacional;

9.2. determinar ao Ministério da Educação que, no prazo de 180 dias a contar da ciência desta deliberação, institua ato normativo regulamentando o relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior com suas fundações de apoio, de modo que as IFES adotem providências para o cumprimento das seguintes medidas:

9.2.1. definam procedimentos relativos às contratações de projetos junto às suas fundações de apoio, em que se preveja, por parâmetros objetivos e sempre que possível quantitativos, entre outras disposições as seguintes providências:

9.2.1.1. individualização do contrato por projeto devidamente aprovado pelo órgão competente da IFES (art. 55, inciso I, da Lei 8.666/1993);

9.2.1.2. registros centralizados de todos os projetos executados e/ou desenvolvidos pela fundação de apoio (art. 1, § 4º, do Decreto 5.205/2004).

9.2.1.3. elaboração prévia e detalhada dos planos de trabalho referentes a cada projeto contratado (projeto básico referido na Lei 8.666/1993 ou Plano de Trabalho referido no Decreto 6.170/2007 e normativos correlatos);

9.2.1.4. obrigatoriedade (art. 3º, inc. II, da Lei 8.958/1994) de que a prestação de contas seja formalmente analisada no âmbito da IFES, com a devida segregação de funções entre coordenadores e avaliadores de projetos, mediante a produção de um laudo de avaliação que ateste a regularidade de todas as despesas arroladas, em conformidade com a legislação aplicável, confira o alcance de todas as metas quantitativas e qualitativas constantes do plano de trabalho, bem como assegure o tombamento tempestivo dos bens adquiridos no projeto, além de delimitar e personalizar a responsabilidade na liquidação, conforme art. 58 da Lei 4.320/1964;

9.2.1.5. publicidade de todos os projetos, planos de trabalho e seleções para concessão de bolsas (inclusive seus resultados e valores), por todos os meios disponíveis, especialmente o Boletim Interno e o portal da IFES, para que a comunidade acadêmica tome conhecimento dessas atividades e os interessados em participar delas possam se habilitar em observância ao disposto no art. 37, caput, da Constituição Federal, respeitadas eventuais exigências específicas acordadas com financiadores externos por meio de instrumentos formalizadores;

9.2.1.6. teto máximo de valores de bolsas de ensino, pesquisa e extensão para servidores envolvidos em projetos, referenciados a valores de bolsas pagas por instituições oficiais de fomento a essas áreas;

9.2.1.7. teto máximo recebível por servidor, em bolsas desses tipos, preferencialmente referenciado em percentual relativo à sua remuneração regular e correspondente ao total de bolsas recebido pelo servidor;

9.2.1.8. previsão de critérios para participação de professor em atividades relacionadas a projetos de ensino, pesquisa ou extensão que acarretem pagamentos de bolsas, inclusive no que se refere à colaboração esporádica, remunerada ou não, prevista no Decreto 94.664/1987;

9.2.1.9. definição quanto à repartição de receitas e recursos oriundos dos projetos em parceria.

9.2.2. implantem rotinas de encaminhamento dos projetos

que contenham informações tais como: definição precisa do objeto, projeto básico, metas e indicadores de desempenho e de resultados, recursos humanos e materiais envolvidos, discriminados como pertencentes ou não aos quadros da IFES, planilha de custos incluindo os ressarcimentos à IFES, bolsas a serem pagas, discriminadas por valores e beneficiários nominalmente identificados (com matrícula Siape caso servidores da IFES e CPF em caso contrário), pagamentos previstos por prestação de serviços por pessoas físicas e jurídicas e demais dados julgados relevantes;

9.2.3. divulguem, em especial nos Boletins Internos e nos portais ou sítios da Ifes em redes gerais de informação, como a Internet, dados e informações sobre seu relacionamento com fundações de apoio, incluindo obrigatoriamente os dispositivos legais e regulamentadores internos e externos; a sistemática de elaboração e aprovação de projetos; a relação de projetos desenvolvidos e em andamento com objetos, metas e indicadores; as regras aplicáveis às bolsas com a divulgação de beneficiários e valores recebidos; montantes financeiros gerenciados em parceria; endereços de portais e sítios das fundações de apoio e outras informações julgadas relevantes;

9.2.4. verifiquem, previamente à celebração de qualquer instrumento de parceria com as fundações de apoio, o cumprimento das exigências relativas aos critérios de credenciamento ou recredenciamento constantes da Portaria Interministerial MEC/MCT nº 3.185, de 07/10/2004, com as modificações introduzidas pela Portaria Interministerial MEC/MCT nº 475, de 14/04/2008 ou outras que lhes venham a substituir;

9.2.5. estabeleçam, com suas fundações de apoio, contratos ou convênios individualizados para cada projeto de parceria a ser firmado, abstendo-se de efetuar, para a cobertura desses projetos, aditivos, apostilas ou instrumentos similares como acessórios a contratos ou convênios genéricos ou do tipo "guarda-chuva", não previstos em lei e também vedados pela Instrução Normativa nº 2/2008, art. 3º, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

9.2.6. promovam as alterações necessárias à adequação dos atuais instrumentos que não se enquadrem na forma disposta no item acima;

9.2.7. firmem seus contratos atentando para a devida segregação de funções e responsabilidades, no que tange à proposição, homologação, assinatura, coordenação e fiscalização, de modo a impedir a concentração dessas funções exclusivamente em um único servidor, em especial nos coordenadores de projetos;

9.2.8. não permitam a existência de projetos sequenciais no tempo, sem a necessária justificativa técnica ou acadêmica;

9.2.9. exijam que as contratações relativas a projetos classificados como de desenvolvimento institucional impliquem produtos que resultem em melhorias mensuráveis da eficácia e eficiência no desempenho da IFES, com impacto evidente em sistemas de avaliação institucional do MEC e em políticas públicas plurianuais de ensino superior com metas definidas, evitando enquadrar nesse conceito atividades tais como: manutenção predial ou infra-estrutural, conservação, limpeza, vigilância, reparos, aquisições e serviços na área de informática, expansões vegetativas ou de atividades de secretariado, serviços gráficos e reprográficos, telefonia, tarefas técnico-administrativas de rotina, como a realização de concursos vestibulares, e que, adicionalmente, não estejam objetivamente definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da IFES;

9.2.10. normatizem e fiscalizem a atuação de coordenadores de projetos, com vistas a evitar favorecimento, nas composições de equipes, para cônjuges e parentes de servidores da instituição, não integrantes dos quadros das IFES, bem como a contratação de empresas, pelas fundações de apoio, nas quais participem de alguma forma, ou ainda o direcionamento de bolsas em benefício dessas pessoas;

9.2.11. não permitam, nos contratos e convênios com fundações de apoio regidos pela Lei 8.958/1994, a subcontratação total do objeto ou a subcontratação das parcelas mais relevantes por parte dessas fundações, bem assim a subcontratação de outras fundações de apoio como executora da totalidade ou mesmo de partes do projeto;

9.2.12. não permitam pagamento de bolsas para servidores da IFES ligados à área do projeto, de forma concomitante com a subcontratação irregular de pessoas físicas e jurídicas que executem efetivamente o objeto do contrato;

9.2.13. não permitam a subcontratação de outras fundações de apoio como executoras da totalidade ou mesmo de partes do projeto, tendo em vista a caracterização de fraude no uso da possibilidade de dispensa de licitação prevista no art. 1º da Lei nº 8.958/1994, com o surgimento de cadeias irregulares desse tipo de dispensa;

9.2.14. efetuem controle finalístico e de gestão das licitações realizadas pelas fundações de apoio para a contratação de bens e serviços, bem como dos processos de contratação de pessoal não integrante da instituição apoiada, evitando quaisquer ações destinadas a prover a IFES de mão-de-obra para atividades de caráter permanente ou que caracterizem a terceirização irregular;

9.2.15. exijam a criação de contas bancárias específicas, individualizadas por contrato/convênio, para a guarda e gerenciamento de recursos financeiros oriundos de quaisquer projetos estabelecidos com base na Lei 8.958/1994, quando não se tratar de recursos próprios da universidade, cujo recolhimento à conta única do Tesouro é obrigatória, bem como exijam rotina e contas contábeis também específicas para cada um desses instrumentos, incluindo a guarda discriminada de documentação e os registros em meio informatizado com acesso aberto, quando necessário e legalmente cabível, à IFES e seus setores de auditoria interna e aos órgãos de controle interno e externo da Administração Pública;

9.2.16. estabeleçam sistemática de gestão, controle e procedimentos internos, para perfeita adequação ao exigido no art. 3º, incisos III e IV, da Lei 8.958/1994, no que tange à atuação dos órgãos

de controle interno e externo, bem como dos setores de auditoria interna da IFES, considerando os recursos públicos mencionados no caput desse dispositivo não apenas como os relativos a recursos financeiros, mas também aqueles relativos a recursos de laboratórios, salas de aula, professores, pesquisadores, materiais de apoio e de escritório, nome e imagem da instituição, redes de tecnologia de informação, conhecimento gerado, documentação acadêmica gerada e demais itens de patrimônio tangível ou intangível da Instituição de Ensino utilizado em parcerias com fundações de apoio;

9.2.17. estabeleçam sistemática de controle e análise das prestações de contas dos contratos correlatos a cada projeto em parceria com fundações de apoio, que abranja, além dos aspectos contábeis, os de legalidade, efetividade e economicidade, com possibilidade de acompanhamento em tempo real da execução físico-financeira da situação de cada projeto e com atesto final da prestação de contas, respeitando a segregação de funções e de responsabilidades;

9.2.18. exijam que essas prestações de contas contenham, pelo menos, os seguintes documentos: demonstrativos de receitas e despesas; relação de pagamentos identificando o nome do beneficiário e seu CNPJ ou CPF, número do documento fiscal com a data da emissão e bem adquirido ou serviço prestado; atas de licitação, se houver; relação de bolsistas e de empregados pagos pelo projeto com as respectivas cargas horárias e também guias de recolhimentos de saldos à conta única da Universidade de valores com essa destinação legal e normativa;

9.2.19. estabeleçam a obrigação de que as notas fiscais relativas a despesas feitas por fundações de apoio, sejam identificadas com o número do projeto, ficando à disposição da IFES e dos órgãos de controle pelo prazo de cinco anos após o encerramento do projeto;

9.2.20. providenciem a incorporação, em todos os contratos ou convênios firmados com base no art. 1º da Lei 8.958/94, de cláusulas que obriguem as fundações de apoio a prestar contas à IFES apoiada;

9.2.21. promovam, em conjunto com o Conselho Universitário e demais setores envolvidos na questão, projeto e eventual normativo para a estruturação da auditoria interna da IFES, com a fixação de um número mínimo de servidores técnicos capazes de desenvolver a contento as atividades de controle administrativo, incluindo o relacionamento com fundações de apoio;

9.2.22. não permitam o pagamento de quaisquer tipos de bolsas a servidores, por parte de fundações de apoio, que caracterizem contraprestação de serviços, como participação, nos projetos, de servidores da área-meio da universidade para desenvolver atividades de sua atribuição regular, mesmo que fora de seu horário de trabalho; participação de professores da IFES em cursos de pós-graduação não-gratuitos; e a participação de servidores em atividades de desenvolvimento, instalação ou manutenção de produtos ou serviços de apoio a áreas de infra-estrutura operacional da IFES, devendo tais atividades serem remuneradas, com a devida tributação, pela contratação de pessoas físicas ou jurídicas por parte das fundações de apoio ou, quando permitidos, pagamentos de servidores por meio de instrumentos aplicados para a prestação de serviços extraordinários;

9.2.23. abstenham-se de pagar bolsas a alunos que estejam atuando em projetos regidos pela Lei nº 8.958/1994;

9.2.24. utilizem adequadamente a nomenclatura de bolsas estabelecida no art. 6º do Decreto 5.205/2004, que admite exclusivamente as modalidades de ensino, pesquisa e extensão, evitando quaisquer outras denominações diferentes, bem como abstenham-se de permitir qualquer caracterização de bolsas de ensino nas atividades típicas de magistério, de graduação ou pós graduação (lato ou stricto sensu);

9.2.25. não permitam o pagamento de quaisquer bolsas a servidores que tenham como finalidade o pagamento de valores a título de funções comissionadas sem previsão de pagamento regular ou, ainda, a remuneração de servidores da IFES como diretores ou membros de conselhos das fundações, impedida pelo parágrafo 1º do art. 4º do Decreto 5.205/2004;

9.2.26. atendem, com rigor, para as disposições firmadas no Acórdão 1.520/2006 - Plenário no que se refere ao exercício de atividades permanentes da administração e, no tocante serviços passíveis de terceirização mediante licitação, adotem as providências necessárias visando ao afastamento dos contratados de forma irregular;

9.2.27. exijam a transferência de bens ao patrimônio da IFES de forma vinculada à prestação de contas de cada contrato ou convênio com fundações de apoio, evitando a incorporação em lotes periódicos que dificultem a correlação de cada bem ao projeto onde foi utilizado, devendo essa transferência patrimonial fazer parte da rotina de atesto final da prestação de contas do contrato, convênio e projeto conexo, com a devida responsabilização de seus executores;

9.2.28. abstenham-se de transferir diretamente, para fundações de apoio, recursos oriundos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto 6.096/2007), tendo em vista que tais recursos devem seguir cronograma previamente determinado entre o Ministério da Educação e as IFES e submeter-se aos processos licitatórios exigidos em lei;

9.2.29. não transfiram, para as fundações de apoio, recursos destinados à execução de obras ou serviços de engenharia, tendo em vista o não-enquadramento desta atividade no conceito de desenvolvimento institucional, nos termos da jurisprudência firmada pelo Tribunal;

9.2.30. não emitam empenhos em nome da própria IFES ou em nome de fundações de apoio sob a alegação de inviabilidade de execução orçamentária temporal, em especial em proximidade de final de exercício;

9.2.31. adotem providências no sentido de delimitar e incentivar ações nas vertentes de inovação e pesquisa tecnológica no ambiente produtivo, que tragam para o cenário acadêmico e técnico-administrativo da IFES resultados que nela devem permanecer, especialmente em termos de patentes e royalties, evitando a dispersão e apropriação, por agentes privados, desses resultados;

9.2.32. efetuem os procedimentos para adequação dos cursos de pós-graduação lato sensu ligados às suas correspondentes Pró-Reitorias de ensino nesse nível, ainda que realizados em parceria administrativa e financeira com fundações de apoio, ao que dispõe o art. 9º da Resolução CNE/CES 1/2001, que exige um percentual mínimo de professores, em cada curso, de 50% de mestres e doutores, zelando também para o cumprimento de todas as demais exigências dessa Resolução e do Parecer CNE/CES 364/2002, que regula a cobrança de taxas e mensalidades nessa vertente de ensino;

9.2.33. abstenham-se de permitir a inclusão dos cursos mencionados no subitem acima em qualquer sistemática aplicada à vertente acadêmica de extensão, dado que o art. 44 da Lei 9.394/1996, em seus incisos III e IV, não enquadra a pós-graduação na mencionada vertente;

9.2.34. não paguem a seus professores e servidores técnico-administrativos a Gratificação de Cursos e Concursos, instituída pela Lei 11.314/2006, de forma concomitante com remuneração por bolsas ou por serviços extraordinários;

9.2.35. apliquem todas as possibilidades oferecidas pela Gratificação de Cursos e Concursos instituída pela Lei 11.314/2006 e regulamentada pelo Decreto 6.114/2007, em especial quanto à substituição de pagamentos por bolsas a servidores quando da realização de cursos nas vertentes de ensino e extensão, internos e externos, inclusive pós-graduação lato sensu, bem como de concursos, incluindo vestibulares e concursos públicos de provas e títulos para seleção de servidores;

9.2.36. efetuem, gradativamente e em paralelo com as demais providências correlatas aqui determinadas, a inserção dos cursos de pós-graduação lato sensu, porventura oferecidos, em seus processos acadêmicos e administrativos regulares, sem a condução exclusiva por fundações de apoio, uma vez que o Parecer CNE/CES 364/2002 considerou tais cursos como não-regulares apenas para fins de não-gratuidade, sendo mantidas as orientações da Resolução CNE/CES 1/2001 quanto ao acompanhamento e gestão pela IFES autorizada a ministrar e conduzir esses cursos;

9.2.37. atendem, em suas relações com fundações de apoio, para o estrito cumprimento do Decreto 6.170/2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, inclusive quanto ao cumprimento do estabelecido no art. 2º, inciso II, que estabelece restrições quanto à participação de servidores da IFES como dirigentes das fundações;

9.2.38. não permitam que as ações a serem realizadas pelas fundações de apoio possam ser conduzidas ou tenham como participantes parentes de dirigentes e/ou servidores das IFES ou de dirigentes das fundações de apoio, em respeito às orientações éticas para impedimentos de nepotismo na Administração Pública;

9.2.39. abstenham-se de permitir, por absoluta falta de previsão legal, nos contratos e convênios para execução de projetos com fundações de apoio, a utilização de Fundos de Apoio Institucional (FAI) ou instrumentos similares, zelando para que, com base no art. 6º da Lei 8.958/1994 e no inciso V do art. 1º - A da Portaria MEC/MCT 475/2008, sejam feitos os devidos ressarcimentos por uso de bens e serviços ou quaisquer parcelas de apoio para a IFES à conta única do Tesouro Nacional e na rubrica de recursos próprios arrecadados;

9.2.40. abstenham-se de celebrar contratos ou convênios com fundações de apoio que estabeleçam o procedimento de transferir à fundação a arrecadação de recursos provenientes de prestação de serviços a terceiros, ressalvados aqueles diretamente vinculados ao custeio de projetos específicos nos estritos limites das despesas correspondentes a tais projetos, aprovados previamente pela Ifes nos termos das resoluções internas que regem a matéria, por prazo determinado e dentro da finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da instituição federal contratante;

9.2.41. não utilizem contrato ou convênio regularmente celebrado com fundação de apoio (vinculado a um projeto específico) para a arrecadação de receitas ou a execução de despesas não oriundas da execução do objeto contratado;

9.2.42. controlem rigorosamente a arrecadação de receitas ou a execução de despesas das unidades gestoras por intermédio de fundações de apoio, com vistas a evitar o início ou prosseguimento da execução financeira dessas atividades sem a existência de contrato ou convênio devidamente formalizado;

9.2.43. providenciem o recolhimento diário à conta única da universidade dos ingressos de todos os recursos que lhe são legalmente devidos, explicitando esta exigência no instrumento contratual ou no convênio e estabelecendo mecanismos de controle e conciliação dos valores arrecadados, em atendimento ao art. 164, § 3º, da Constituição, dos arts. 56, 57 e 60 a 63 da Lei 4.320/64 e do art. 2º do Decreto nº 93.872/86;

9.2.44. procedam ao recolhimento à conta única do Tesouro Nacional do saldo de todos os recursos atualmente mantidos nas fundações de apoio a título de recursos devidos à instituição e às unidades acadêmicas como ressarcimento ou remuneração pela participação na prestação de serviços cuja arrecadação financeira esteja a cargo da fundação, bem como dos saldos dos contratos de mesma natureza atualmente existentes, em obediência ao disposto no art. 164, § 3º, da Constituição, dos arts. 56, 57 e 60 a 63 da Lei 4.320/64 e do art. 2º do Decreto 93.872/86);

9.3. determinar aos Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão que:

9.3.1. definam rotinas e sistemáticas que possibilitem maior agilidade na edição de decretos de suplementações orçamentárias para as IFES, autorizadas pelas Leis Orçamentárias Anuais, em especial as decorrentes de recursos oriundos de superávit financeiro ou do excesso de arrecadação de receitas próprias e vinculadas;

9.3.2. orientem todas as IFES para que façam as devidas previsões orçamentárias relativas às fontes de receita por recursos próprios arrecadados, atentando, nessas previsões, para as atividades feitas em parceria com fundações de apoio que tenham elevados índices de repetição em exercícios anteriores, como cursos de pós-graduação;

9.4. determinar aos Ministérios da Educação, do Planejamento Orçamento e Gestão e da Ciência e Tecnologia que:

9.4.1. orientem todas as agências financiadoras, fundos e órgãos subordinados para que não efetuem contratos ou convênios de repasse de recursos financeiros, com objetivos de fomento à pesquisa científica ou tecnológica, diretamente para fundações de apoio a IFES, se destinados a projetos abrangidos pela Lei nº 8.958/1994, hipótese em que tais avenças devem ser feitas diretamente com as IFES;

9.4.2. abstenham-se de efetuar repasses de recursos financeiros para as IFES que possam inviabilizar a execução orçamentária e financeira nos termos das normas legais pertinentes, em especial em proximidade de final de exercício, executando esses repasses de forma planejada e tempestiva;

9.5. determinar ao Ministério da Ciência e Tecnologia que oriente à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) no sentido de tornar mais ágil e tempestiva a análise das prestações de contas apresentadas por fundações de apoio a IFES, com vistas a possibilitar a transferência regular dos bens adquiridos com recursos repassados por essa agência de fomento ao patrimônio da respectiva IFES;

9.6. recomendar ao Ministério da Educação que:

9.6.1. examine a possibilidade de adequar a redação do Decreto 5.205/2004 à jurisprudência desta Corte no que concerne ao conceito da expressão "desenvolvimento institucional", em especial quanto aos seguintes dispositivos:

9.6.1.1. a exclusão, no parágrafo 3º do art. 1º, da expressão "inclusive aqueles de natureza infra-estrutural", a teor do disposto no art. 1º, caput, da Lei 8.958/1994, que faz referência específica à realização de projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional;

9.6.1.2. a substituição, no mesmo parágrafo, da expressão "consignados em plano institucional aprovado pelo órgão superior da instituição" por "consignados em plano institucional aprovado pelo órgão superior da instituição e que impliquem produtos que resultem em melhorias mensuráveis da eficácia e eficiência no desempenho da IFES, com impacto evidente em sistemas de avaliação institucional do MEC e em políticas públicas plurianuais de ensino superior com metas definidas";

9.6.1.3. a substituição, no art. 7º, da expressão "as bolsas concedidas" por "as bolsas de ensino, pesquisa e extensão, assim denominadas, concedidas";

9.6.2. promova as ações necessárias com vistas à definição, nos dispositivos legais que regulam o regime de dedicação exclusiva, em especial o Decreto 94.664/1987, dos critérios e limites da colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos da especialidade do docente da carreira do magistério superior;

9.6.3. examine a viabilidade legal e técnica de aplicar aos casos de vacância dos cargos técnico-administrativos os mesmos critérios utilizados quando da vacância dos cargos da carreira docente, usualmente conhecido como "professor-equivalente", de modo a tornar mais ágil a substituição de servidores nos quadros das IFES;

9.7. alertar os dirigentes das IFES que a persistência das distorções detectadas na presente auditoria poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, inclusive a inabilitação dos responsáveis, por um período de cinco a oito anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal e a declaração de inidoneidade da fundação de apoio para participar, por até cinco anos, de licitação/contratação na Administração Pública Federal

9.8. determinar à Secex/MG que efetue o monitoramento das determinações exaradas neste acórdão;

9.9. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, às seguintes autoridades e órgãos e entidades:

9.9.1. Ministros de Estado da Educação; Ciência e Tecnologia; e Planejamento, Orçamento e Gestão;

9.9.2. Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais;

9.9.3. Câmara dos Deputados, Comissões de Fiscalização, Finanças e Controle; Educação e Cultura; Finanças e Tributação; Ciência e Tecnologia, Comunicações e Informática; Trabalho, Administração e Serviço Público e Legislação Participativa da Câmara dos Deputados;

9.9.4. Senado Federal, Comissões de Educação, Cultura e Esporte; Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática; e Assuntos Econômicos do Senado Federal;

9.9.5. Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica; e Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras;

9.9.6. Secretaria da Receita Federal do Brasil para que, no exercício de suas competências, avalie os reflexos tributários e contributivos dos achados de auditoria ora enfocados sobre as questões de bolsas a servidores e alunos de Instituições Federais de Ensino Superior pagas por fundações de apoio;



2ª CÂMARA

ADITAMENTO À PAUTA Nº 44(EXTRAORDINÁRIA)
Sessão em 3 de dezembro de 2008 às 11h

Nos termos dos §§ 9º e 10º do art. 141 do Regimento Interno, foi incluído na Pauta nº 44/2008 - Segunda Câmara, para apreciação na Sessão Extraordinária a se realizar no dia 3/12/2008, o(s) seguinte(s) processo(s):

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro Ubiratan Aguiar

TC-027.643/2008-5
Natureza: Admissão
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA
Interessados: Ademir Bernardo da Costa (002.155.618-05); Airton Miguel de Grande (101.838.978-46); e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.967/2008-9
Natureza: Admissão
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA
Interessados: Andre Luiz Silveira de Almeida (539.420.511-68); Andre Nobrega da Silva (883.085.291-00); e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.965/2008-4
Natureza: Admissão
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA
Interessados: Adimar Amaral (654.510.156-00); Adriana de Oliveira Fidalgo (156.907.048-22); e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.397/2008-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Interessados: Assunção de Maria Ribeiro Fialho (042.378.971-68); Celmo Fernandes Moreira (229.874.107-78); Darcy Alvim Pereira (000.274.211-04); Eunice Maria Caliman Damázio (365.009.687-00); José Machado de Oliveira (221.506.337-87); Maurílio Wagner de Paula Reis (007.151.746-49); Paulo Evandro de Siqueira (049.472.311-49); Terezinha Nepomuceno dos Santos (085.736.891-53)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.104/2008-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério dos Transportes (vinculador)
Interessados: Adileuza Sampaio Tosta (475.935.205-87); Carlinda Maria Sampaio Tosta (371.811.735-53); Elizabeth Ferreira da Silv A (433.043.896-87); Eva Gonçalves (018.096.348-14); Leonilda Atanasio de Moraes (237.895.148-53); Luana de Almeida da Costa (078.967.597-80); Maria Conceição Soares Rodrigues (432.145.507-30); Maria Ivani Silva de Oliveira (074.003.144-91); Maria Lydia Gonçalves (003.618.557-45); Maria de Fatima Teles da Silva (990.767.137-15); Maria de Lourdes Sampaio Lefundes (196.210.945-34); Marília Jordão do Amaral (069.666.754-15); Maximina Maria de Jesus (333.738.847-72); Nelita Ferreira do Nascimento (297.604.536-49); Sandra Helena Moraes (782.224.518-04); Terezinha Ferreira da Silva (639.632.806-20)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.141/2008-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério dos Transportes (vinculador)
Interessados: Aida Baptista Freira (695.254.716-91); Ailton da Silva Gomes (348.486.302-15); e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.339/2008-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério dos Transportes (vinculador)
Interessados: Aloisio Lima Ribeiro (000.039.565-04); Maria Jose Laya Agostinho (633.275.896-15); Maria Loreta Ortiz de Negreiro (163.482.901-82); Yvonne de Oliveira (370.007.988-58)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.487/2004-8
Natureza: Prestação de Contas (Exercício: 2003)
Entidade: Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - Refap - Petrolbras - MME

Responsáveis: Rogério Almeida Manso da Costa Reis (CPF 599.705.617-150), Eider Castro Andrade Prudente de Aquino (CPF 219.887.228-53), Hildo Francisco Henz (CPF 296.367.870-34), Alberto da Fonseca Guimarães (CPF 336.892.297-15), Carlos Ney Martin de Andrade (CPF 344.569.967-49), José Ramon Vlanco Balin (CPF não consta), Juan Sancho Rof (CPF não consta), Patrick Horbach Fairon (CPF 293.710.580-72), Agustin Huerta Martinez (CPF não consta), Ruy Franco Arantes (CPF 000.542.757-68), Marco Antonio de Jesus Ferreira (CPF 793.415.867-04), Nina Maria Arcela (CPF 636.474.787-68), Adelino Patrocínio (CPF 023.180.837-20), Maria de Lourdes Corrêa Peixoto (CPF 740.113.087-49), Paulo Marcio Neves Rodrigues (CPF 677.889.986-72), Hamilton Romanato Ribeiro (CPF 199.243.640-15), Vicente José Rauber (CPF 131.650.460-34), Moacir Megiolaro (CPF 896.500.348-20), Paulo Ricardo de Aze-

vedo (CPF 296.396.110-34), Roberto Ken Nagao (CPF 053.183.558-89), Petter Brenner (CPF 400.099.550-20), Hermenegildo Albaladejo (CPF 057.800.767-31)

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.464/1994-0
Natureza: Prestação de Contas (Exercício: 1993)
Entidade: Bb Tur Viagens e Turismo Ltda.

Responsáveis: Sidney Anuar Attié (CPF 012.503.536-53), João Batista Nogueira (CPF 022.710.871-04), Marlo Litwinski (CPF 094.494.859-68), Lafaiete Coutinho Torres (CPF 009.772.687-72), Alcir Augustinho Calliari (CPF 021.543.827-20), Claudio Dantas de Araújo (CPF 004.073.995-34), Pedro Alberto de Araújo Lima (CPF 008.799.165-91), Emilio Garofalo Filho (CPF 509.769.158-04), Eliezer de Souza Teixeira (CPF 014.987.203-82), Paulo Raimundo Martingui (CPF 057.443.690-15)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.833/2006-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Responsável: Márcio Baptista do Nascimento (CPF 939.269.797-04)
Advogados constituídos nos autos: Josias Fernandes Maciel (OAB/RJ 73.206) e Josilena de Araújo Maciel (OAB/RJ 144.153)

TC-028.068/2006-0
Natureza: Representação
Entidade: Município de Panelas/PE
Interessada: Controladoria-Geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-000.897/2008-8
Natureza: Representação
Entidade: Município de Valença do Piauí/PI
Interessada: Ielva Melão - Vereadora do Município de Valença do Piauí/PI
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.064/2006-0
Natureza: Representação
Entidade: Município de Lagoa dos Gatos - PE
Interessada: Controladoria-Geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.836/2008-6
Natureza: Representação
Entidade: Município de Oeiras/PI
Interessado: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

Classe I - RECURSOS

- Relator, Ministro Ubiratan Aguiar

TC-014.970/2002-2
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Município de Estância/SE
Recorrentes: José Nelson de Araújo Santos (CPF 060.310.135-68), Gevani Bento Vieira Ramos (CPF 102.827.425-49) e Marieta Oliveira Falcão (CPF 267.451.945-20)
Advogado constituído nos autos: Gilberto Sampaio Vila-Nova de Carvalho (OAB/SE n. 2.829)

TC-008.310/2004-2
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Município de Saquarema/RJ
Recorrente: Dalton Borges de Mendonça, ex-Prefeito (CPF nº 501.278.297-68)
Advogada constituída nos autos: Andréa Pires Jardim (OAB/RJ nº 110.916)

TC-005.578/2006-2 (com 1 anexo)
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Recorrente: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Reitor Manoel Catarino Paes-Peró)
Interessado: Marcílio Schroeder Rosa (CPF 022.429.401-63)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro Benjamin Zymler

TC-007.201/2007-8
Natureza: Pedido de Reexame
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região
TRT/PB
Recorrente: Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região
TRT/PB
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.378/2000-2 [Apenso: TC-006.233/1999-6]
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Prefeitura Municipal do Estado de Tacaratu/PE

9.9.7. Secretaria-Geral de Controle Externo, para examinar a inclusão, na decisão normativa relativa à apresentação de contas ao Tribunal, de que trata a Instrução Normativa TCU 57/2008, de tópico específico no Relatório Anual de Gestão das IFES sobre o relacionamento dessas entidades com suas fundações de apoio, considerando as sugestões apresentadas no subitem 5.18, alíneas a a k, do relatório de auditoria, devendo a referida unidade básica providenciar a divulgação do presente acórdão a todas as unidades técnicas que detenham em sua clientela Instituições Federais de Ensino Superior e outros órgãos ou entidades alcançados por esta deliberação.

10. Ata nº 50/2008 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/11/2008 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2731-50/08-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (na Presidência), Marcos Vinícios Vilaça, Valmir Campelo, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-014.377/2006-3, cujo relator é o Ministro Ubiratan Aguiar, a Dra. Geisa Cadilhe de Oliveira apresentou sustentação oral em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

Na apreciação do processo nº TC-010.077/2004-2, cujo relator é o Ministro Ubiratan Aguiar, o Dr. Claudismar Zupiroli apresentou sustentação oral em nome de Abelardo de Lima Puccini e outros;

PROSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo nº TC-006.648/1996-7 (Atas nºs 51/2007 e 44/2008) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 2684/2008, sendo vencedora a proposta apresentada pelo relator, Ministro Ubiratan Aguiar.

Também teve prosseguimento a votação do processo nº TC-008.952/1995-7 (Atas nºs 51/2007 e 44/2008) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 2687/2008, sendo vencedora a proposta apresentada pelo relator, Ministro Ubiratan Aguiar.

O mesmo ocorreu com a votação do processo nº TC-010.837/2000-8 (Atas nºs 51/2007 e 44/2008) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 2686/2008, sendo vencedora a proposta apresentada pelo relator, Ministro Ubiratan Aguiar.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-018.170/2004-3 (Ata nº 51/2007) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 2693/2008, sendo vencedora a proposta apresentada pelo relator, Ministro Valmir Campelo.

Também foi reaberta a discussão do processo nº TC-029.134/2008-8 (Ata nº 49/2008) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 2702/2008, sendo vencedora a proposta apresentada pelo relator, Ministro Benjamin Zymler.

ATO NORMATIVO APROVADO (v. Anexo VI a esta Ata)

RESOLUÇÃO TCU Nº 219, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008 - "Altera a Resolução nº 182, de 30 de novembro de 2005, que dispõe sobre a remoção de servidor do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União."

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos nºs TC-014.955/2008-5, cujo relator é o Ministro Marcos Vilaça; TC-016.687/2007-3, de relatoria do Ministro Valmir Campelo; TC-012.986/2003-1, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler; TC-006.567/2005-5, TC-010.598/2006-6, TC-014.276/2005-2 e TC-016.283/1999-6, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz; e TC-017.239/2008-7, cujo relator é o Auditor Marcos Bemquerer Costa.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 05 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário do Plenário
Substituto

Aprovada em 27 de novembro de 2008.

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência